

HÁ UMA ÉTICA QUE REGE A CLÍNICA PSICANALÍTICA QUE NÃO É DA ORDEM DA MORAL

Wilson Camilo Chaves

Lacan (1988) dedicou todo um ano de seu ensino, 1959-1960 a problematização da Ética, partindo da análise da ideia aristotélica de um Bem Supremo, bem como da elucidação de virtudes como meio de atingir a felicidade e propõe uma releitura dos textos freudianos “O Projeto para uma Psicologia Científica”, de 1895 e “O Mal Estar na Cultura”, de 1929-1930, à luz da Ética, cunhando a expressão “Ética da Psicanálise”. De acordo com Rajchman (1993), no Seminário 7, Lacan

“apresentou Freud como uma espécie de herói: o herói de uma ‘revolução’ no pensamento ético, que ensinara sobre um ‘mal-estar’ da civilização para o qual não existia salvação nem reconciliação; o herói é um novo tipo de prática ética que poderia responder à ‘tragédia’ de nossa moderna cultura progressista, científica e ‘esclarecida’ ” (p. 39-40).

E qual é a novidade trazida por Freud, segundo Lacan? Trata-se de alguma coisa muito geral e muito particular ao mesmo tempo, ou seja, muito geral porque “a experiência da psicanálise é altamente significativa de um certo momento do homem que aquele em que vivemos” (LACAN, 1988, p. 10), e muito particular porque nos remete à clínica, à demanda inconsciente e ao como respondê-la. Em termos mais gerais, de acordo com Rajchman (1993), “o que havia de novo ou original em Freud era ele ter reconceituado e reorientado nosso sentimento de nós mesmos como seres éticos, prometendo algo novo, algo diferente em que ainda nos poderíamos transformar” (p. 40). Ainda, segundo Rajchman (1993),

“nesses anos da França gaullista, Lacan declarou a seu Seminário que essa promessa da ‘revolução’ freudiana *ainda* estava diante de nós: a promessa de algo novo na ética de nosso desejo, nosso amor, nosso *eros*, e a estranha beleza de uma ‘erótica’ moderna original” (p. 40, grifo do autor).

Lacan, assim, inscreve a problemática trabalhada pela Psicanálise na modernidade, na atualidade e já projeta o que, do ponto de vista particular, da

experiência analítica, ele irá vislumbrar, a saber, uma forma de responder à demanda do sujeito que não viole o sentido que é inconsciente dessa demanda. Vemos, sintetizada, nessa afirmativa de Lacan, a prerrogativa do que virá a ser a sua concepção de ética, que neste contexto, está intrinsecamente relacionada com o fazer psicanalítico, com a função do analista. A preocupação principal aqui é o não deixar adulterar o sentido, que é inconsciente, da demanda. Não estaria aí justificada uma necessidade de uma ética? Lacan, a partir daí diz que, em se tratando da Ética da Psicanálise, poderia ter escolhido o termo moral, mas não o fez e escolheu a terminologia ética, não pelo fato de esta ser mais rara. Mas, então por que o escolheu? Ele convida a todos a ver o porquê de tal escolha. A experiência psicanalítica remete, mais do que qualquer outra, afirma Lacan, ao *universo da falta*. Rinaldi (1996), comentando a este respeito, afirma que “... a ética da psicanálise está centrada neste vazio, Real, momento trágico de afirmação da diferença, como ética do desejo” (p.62). Por que ética? Segundo Rinaldi (1996),

“ao centrar a sua reflexão sobre a ética, Lacan pretende distanciar-se não só do caráter prescritivo, em termos de valores e ideais de conduta, que caracteriza a reflexão filosófica sobre a moral, como também da moral entendida como conjunto de regras e normas que funcionam como um sistema de coação social” (p. 67).

Assim, não é da esfera das obrigações, nem tampouco dos mandamentos que se situará a discussão sobre a ética. Para além do sentimento de obrigação, afirma Lacan (1988), a experiência psicanalítica nos aponta para o sentimento de culpa, que está relacionado ao desejo. Sendo assim, não é também da esfera do social, que por criar as leis reprime aquele que não a cumpre, tornando-o culpado. Entretanto, a experiência moral na análise não vai se reduzir ao supereu, ou seja, “à exploração de seus paradoxos, que chamei de essa figura obscena e feroz, sob a qual a instância moral se apresenta quando vamos procurá-la em suas raízes” (p. 16). Lacan (1988) começa, então, a fazer uma distinção entre a lei que vem de fora daquela do significante, da lei do discurso, para explicar a origem do supereu.

E o desejo, enquanto tal, é falta. É a sua função, fecunda por excelência, que vemos despontar na experiência da análise, que nada mais é senão a experiência do desejo. Tal afirmativa é de importância fundamental para Lacan que, em seguida, categoricamente, afirme:

“... na articulação teórica de Freud, a gênese da dimensão moral não se enraíza em outro lugar senão no próprio desejo”. E continua dizendo que “é da energia do desejo que se depreende a instância do que se apresentará no término de sua elaboração como censura” (LACAN, 1988, p. 12).

A partir daí, um novo cenário começa a ser pintado no tocante à proposta lacaniana de situar a ética da Psicanálise num outro terreno que não o da tradição filosófica, ainda que tirando deste algum proveito. Fundamentada no desejo que a prática analítica faz exercitar, já não é mais possível, se é que algum dia foi conceber a ética como um ideal, uma forma de universalização, pois o desejo em jogo é aquele que é suscitado na análise, por isso, singular, único.

Segundo Rajchman (1993), Lacan nunca parou de dizer que “a psicanálise não é um idealismo”, e que “a ética da psicanálise não é uma ética do bem”. Dessa maneira, quer Lacan mostrar que a experiência psicanalítica não se fundamenta na perspectiva imaginária, onde o eu é idealizado. Nas palavras de Rajchman (1993): “Lacan formulou, [neste estágio], a visão de que nossos eus ideais e nossos ideais do eu, derivam de uma violência ou ‘alienação’ fundamental, evidenciada na imagem clínica de *le corp morcelé*” (p. 26). E essa “idealização” de si, que, segundo Rajchman, o ego é, no fundo, - que a sociedade requer para se ingressar nela - que também faz de nossa identidade ser intrinsecamente violenta, “envolvendo-nos na ‘paixão imaginária’” (p. 26). Nesse sentido, o que a Psicanálise faz em sua práxis é recusar-se a entrar nessa paixão imaginária. A sua paixão é outra, ou seja, o que há de novo nela é que seu tratamento está baseado numa outra concepção do analista e do analisante que difere daquilo que há de ideal num e noutro, e a paixão decorre disso. Nas palavras de

Rajchman (1993): “A psicanálise seria um tratamento que não propõe um ‘ideal’ para o eu, mas se interessa pela agressividade inerente de nossa relação com essas auto-imagens” (p. 26). É nesse sentido que ela introduz um novo problema ético, na medida em que não se sustenta numa visão idealizadora do amor ou da amizade, como se entende tradicionalmente, nem tampouco é parecida com a atividade dos antigos filósofos, bem como com a prática cristã. Assim também, nas palavras de Rajchman (1993), “a análise não é nem *eros* nem *ágape*; não é sabedoria nem altruísmo, e o analista não é um ‘bom samaritano’” (p. 27). A esse respeito, especificamente, Lacan (1993), no texto *Televisão*, de 1973, afirma que o psicanalista é um santo, tal como se entendia no passado. Para ele, um santo é aquele que não faz caridade, ou seja, “... antes de mais nada ele banca o dejetivo; faz descaridade” (p. 32). Lacan quer dizer que só assim é possível que o sujeito do inconsciente tome o dejetivo como causa de seu desejo, pois, “... o santo não se considera a partir de méritos, o que não quer dizer que ele não tenha moral”. Nesse Seminário 7, Lacan elabora a imagem da análise como “um *démasquage*, um ‘desmascaramento’ da relação que um sujeito mantém com a ‘verdade’ de seu desejo; ela é possibilitada por um vínculo amoroso, o vínculo da transferência; e visa a uma certa ‘não-dependência’ ou liberdade” (RAJCHMAN, 1993, p.42). Mas, nas palavras de Rajchman (1993), “esse desmascaramento, esse vínculo amoroso e essa espécie de liberdade não pressupõem ou prescrevem nenhuma norma para a vida” (p. 42). Uma vez que

“o que se ‘desmascara’ não é um bem generalizável para todos; a forma de amor que estrutura o desmascaramento não é um altruísmo, ou uma simpatia que presuma o conhecimento desse bem; o que incita alguém a se engajar nela não é um dever abstrato, independente de qualquer experiência de si mesmo; e a liberdade que ela oferece não é uma auto-suficiência ou um autodomínio” (RAJCHMAN, p.42).

E do que se trata, então? De acordo com Rajchman (1993), “desmascarar a verdade, na análise, não se enraíza numa teoria normativa geral sobre quem devemos ser ou o que devemos fazer” (p. 42). Nem tampouco, a Psicanálise “é uma sagesse, uma sabedoria

geral sobre o que é o bom ser; não é uma morale, uma teoria de um princípio ou regra geral do que é certo fazer” (p. 42). Ao contrário de tudo isso, a psicanálise “suscita novas indagações sobre o lugar do desejo na demanda do Saber e na natureza da obediência à Lei do Dever, e assim, introduz uma nova tarefa” (p.42-43). A proposta de Lacan (1988) é articular a ética não com o ideal, mas com o real da experiência psicanalítica: “*A questão ética*, uma vez que a posição de Freud nos faz progredir nesse domínio, *articula-se por meio de uma orientação do referenciamento do homem em relação ao real*” (p. 21, grifos nossos). Afirmativa fundamental de Lacan, a nosso ver, divisora de águas, na medida em que subverte toda uma tradição filosófica em que fundamenta a reflexão ética no ideal. Lacan aqui propõe um paradoxo, investigar a relação do homem com o real não a partir da ciência, não com seus métodos, mas como uma reflexão eminentemente ética. Dessa forma, até o texto tido como essencialmente psicológico, ou seja, de natureza científico-psicológica de Freud, que é o *Projeto para uma psicologia científica*, será lido por Lacan como um texto ético. Nas palavras de Rajchman (1993), “na linguagem de Lacan, *le réel* não é a ‘realidade’” (p. 56). Ou seja, o Real situa-se numa interioridade ao princípio de realidade e a qualquer possibilidade de adaptar a ele o princípio do prazer. Assim, o Real “é mais ‘externo’ a nós do que o ‘mundo externo’, já que só constituímos nossas imagens ideais de nós mesmos (ou seja, nós mesmos) excluindo-nos ou separando-nos dele” (p. 56). Ainda, “*le réel* é, antes, *anankê*, a própria necessidade libidinal; é essa imperiosidade de nosso eros que a psicanálise decifra em nossa vida. Não podemos evitá-la, não podemos evitar *traí-la* nos sintomas que acompanham nossas auto-idealizações formadoras” (RAJCHMAN, 1993, p. 57, grifo do autor). É nessa ótica que Lacan junta Kant com Sade, em seus imperativos do dever e do gozo, portanto, superegóicos, por excelência, respectivamente, para falar do imperativo do desejo, que é

de uma outra natureza, se assim podemos nos expressar, tendo a sublimação como possibilidade ímpar de não anular a falta, mas de criar a partir dela, contornando-a tal como o oleiro, mas com o único propósito de presentificá-la, no vaso, feito de barro, que o cria. Assim, perpassando o importante conceito de *das Ding*.

Freud, nos textos conhecidos como “técnicos”, já nos advertia da importância de nos ater, - antes de qualquer tentação, a querer retirar daquelas recomendações, reflexões, conferências, uma receita para se lograr êxito no exercício da psicanálise, - a ideia de que há princípios norteadores que regem o labor analítico. Ainda que utilizando a terminologia moral, não é da moral (de mores, costumes) que Freud está se referindo. Assim, ele nos adverte a respeito da necessidade de se submeter à própria análise, aquele que se deseja tornar-se um psicanalista. Adverte-nos também de uma postura ética a ser desempenhada pelo analista e pelo analisando, isto é, é preciso que se tenha caráter para lidar com a psicanálise, com a clínica psicanalítica.

Freud (1916-1917/1981), na 27ª Conferência (das Conferências Introdutórias) dedicada à Transferência, afirma categoricamente que o tratamento analítico não deve levar o sujeito a viver desenfreadamente sua vida sexual. Mas, disso não se deduz que o labor analítico é exercido em proveito da moral convencional. Freud acrescenta que o analista não é um reformador, mas sim um observador crítico. De acordo com Freud (1916-1917/1981), “não podemos tomar a defesa da moral sexual convencional e aprovar a forma como a sociedade tenta resolver, na prática, o problema da vida sexual” (p. 2392). Os sacrifícios custam mais do que vale a moral concebida pela sociedade. Seus procedimentos não são sinceros nem prudentes. Trata-se, então, de permitir a cada analisando decidir, por sua própria conta, à vontade, em favor de uma solução intermediária entre a vida sexual sem restrições e o ascetismo absoluto. Não se pode perder de vista que nesse período de sua obra, Freud entende o conflito psíquico entre

forças advindas de um lado, do pré-consciente/consciente e de outro, do inconsciente. Assim, após ter lutado consigo mesmo, o sujeito é capaz de se elevar à verdade – que é única, singular, na perspectiva lacaniana, impossível de dizê-la totalmente, portanto, sempre incompleta – encontra-se protegida de todo perigo de imoralidade e pode ter para seu uso particular uma escala de valores morais, muito diferente da admitida pela sociedade.

Referências Bibliográficas

FREUD, Sigmund. Lecciones introductorias al psicoanalysis. La Transferência. Leccion XXVII. In: **Obras Completas**. Tomo II. Madri: Editorial Biblioteca Nueva, 1981.

LACAN, Jacques. **O Seminário, Livro 7: a ética da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

_____. **Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

RAJCHMAN, John. **Eros e verdade**: Lacan, Foucault e a questão da ética. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

RINALDI, Doris. **A ética da diferença**: um debate entre Psicanálise e Antropologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

Dados do autor

Wilson Camilo Chaves. Psicanalista. Doutor em Filosofia pela UFSCar. Professor do Mestrado em Psicologia da UFSJ.